


---

---

---

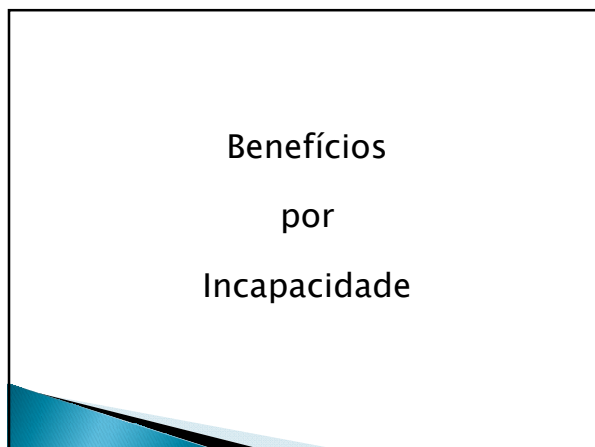
---

---

---

---

---




---

---

---

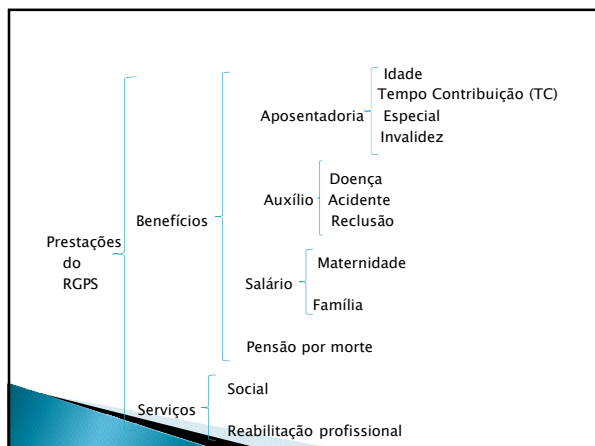
---

---

---

---

---




---

---

---

---

---

---

---

---

**Plano de estudo:**

- a) Beneficiários
- b) Requisitos
- c) Valor
- d) Início
- e) Observações

---

---

---

---

---

---

---

---

Aposentadoria por invalidez (AI) – arts.42/47, LB

Auxílio Doença (AD) – arts.59/64, LB

⇒ Benefícios por Incapacidade

- a) Beneficiários: TODOS os segurados
- b) Requisitos: incapacidade laborativa + carência

---

---

---

---

---

---

---

---

**Incapacidade Laborativa**

**AD:** trabalho/ocupações habituais do segurado por + 15 dias consecutivos ⇒ possível convalescença/reabilitação profissional.

**AI:** qualquer trabalho + impossível reabilitação profissional

⇒ Competência da Perícia Médica Previdenciária

⇒ **AD** vs Alta Programada/Cobertura Previdenciária Estimada (COPES)

⇒ Importância da identificação da **Data do Início da Incapacidade** (DII):

- (i) Verificar a **qualidade de segurado**
- (ii) Verificar o **cumprimento da carência**
- (iii) **Incapacidade preexistente** (art. 42 § 2.o, e art.59 par.único).
- (iv) **Início do pagamento do benefício**

---

---

---

---

---

---

---

---

**Carência**

– 12 meses

– ISENÇÃO de carência SE a incapacidade decorrer de:

a) Acidente de qualquer natureza/causa

b) Doença:

b.1 – Profissional

b.2 – do Trabalho

b.3 – da Lista

⇒ **Perda da qualidade de segurado** vs **Reaproveitamento de carência**  
(art.27-A, LB)

c) Valor:

**AD:** 91% do Salário de Benefício (SB)

↳ **Inovação:** art.29 § 10. *O auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos 12 (doze) salários-de-contribuição, inclusive em caso de remuneração variável, ou, se não alcançado o número de 12 (doze), a média aritmética simples dos salários-de-contribuição existentes.*

**AI:** 100% do Salário de Benefício (SB)

↳ assistência permanente de terceira pessoa: acréscimo de 25% (art.45)

d) Início do pagamento do benefício:

– **empregado:** a partir do 16.o dia do afastamento do trabalho, ou, na data do requerimento (DER), se formulado + 30 dias do afastamento.

– **demais segurados:** do início da incapacidade (DII), ou da data do requerimento (DER), se entre essas datas transcorrer + 30 dias.

→ **AD** convertido em **AI**: inicia-se no dia seguinte à cessação do **AD**

## e) Observações

## (i) Benefícios em regra incompatíveis com o exercício de atividade remunerada.

↳ **Súmula 72, TNU**: é possível o recebimento de benefício por incapacidade durante o período em que houve exercício de atividade remunerada quando **comprovado** que o segurado estava **incapaz** para as atividades habituais na época em que trabalhou.

## (ii) revisão periódica (art.71, PCSS; art.11, Lei 10.666/03):

**AD** a cada 120 dias ou a critério da perícia previdenciária (art.60 § 9.o, LB)

**AI** a cada 02 anos (IN/PRES/INSS n.o 77/2015, art.222) **ATÉ** o segurado completar (art.101 § 1.o, LB):

\* 55 anos de idade + 15 anos da concessão do **AD/ AI**, ou

\* 60 anos de idade.

(iii) Reabilitação profissional **SE** impossível recuperação para o exercício da atividade habitual (art.62, LB).(iv) **Acidente de trabalho**: manutenção do **contrato de trabalho na empresa** por 12 meses após a cessação do **AD acidentário** (art.118, LB).

## (v) Aspectos processuais:

– Causa de pedir

– Fungibilidade das ações previdenciárias

– Coisa Julgada

– Audiência concentrada de perícia e apresentação de defesa

## – Incapacidade laborativa vs Perda da qualidade de segurado

**Súmula n.o 26, AGU**: Para a concessão de benefício por incapacidade, não será considerada a perda da qualidade de segurado decorrente da própria moléstia incapacitante.

## – Incapacidade social

**Súmula 47, TNU**: uma vez **reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho**, o juiz deve analisar as **condições pessoais e sociais do segurado** para a concessão de aposentadoria por invalidez.

**Súmula 77, TNU**: o julgador **não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais** quando **não reconhecer a incapacidade** do requerente para a sua atividade habitual.

**Súmula 78, TNU**: comprovado que o requerente é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as **condições pessoais, sociais, econômicas e culturais**, de forma a analisar a **incapacidade em sentido amplo**, em face da elevada estigmatização social da doença.

## – Tutela antecipada/de urgência vs devolução dos valores recebidos

\* **STJ, Resp 1.401.560**: a reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos (j.12/02/2014).

\* **Súmula 51, TNU**: os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento (**cancelada** em 30/08/2017).

## LOAS

### Estrutura e organização

Seguridade Social

Saúde

Previdência Social

Assistência Social

### Assistência Social (CF, arts.203/204)

- conjunto de prestações e serviços fornecidos aos necessitados pelo Estado
- caráter não contributivo
- Custeio: recursos da Seguridade Social e outras fontes
- Objetivos
  - proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice
  - amparo às crianças e adolescentes carentes
  - promoção da integração ao mercado de trabalho
  - habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária
  - *garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei*

- contingências: nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e calamidade pública
- pago pelos E/DF/M

- denominação: BPC/LOAS/amparo assistencial
- antecedente normativo: Lei 6.179/74 (renda mensal vitalícia)
- idoso: *a partir dos 65 anos de idade*
- deficiente: *impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que obstrua sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas*
- situação de miserabilidade: renda per capita inferior a 1/4 s.m. ?  
*Lei ADI 1.232 (j. 27.08.1998) vs Rcl 4.374 (j.18.04.2013)*
- exclusões do cálculo da renda familiar  
*Lei Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) vs RE 580.963 (j.18.04.2013)*
- incapacitabilidade com benefício da Seguridade Social
- 12 prestações anuais (sem gratificação natalina)
- beneficiários: APENAS brasileiros ?  
*Decreto 6.214/07 (7.0.70) vs RE 587.970 (j.20.04.2017)*